

Ao lado da batalha eleitoral que ganha cada vez maior intensidade, os responsáveis pela condução da política econômica vêm desenvolvendo uma outra campanha de grande importância, cujo objetivo é não só dar mais tranquilidade à travessia daqui até 15 de novembro como também facilitar a ação do presidente da República que emergirá das urnas.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, juntamente com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, iniciou um ciclo de encontros com grupos de empresários em Brasília, reaproximando o governo dos homens que comandam as principais empresas do Brasil, de forma a mostrar-lhes que a situação do País, embora grave, não chega a ser desesperadora. Nessas reuniões, os ministros baseiam-se em dados constantes de um documento que comprova que, ao contrário do que se propala, o País não está a caminho da hiperinflação ou do descalabro econômico. Infelizmente, os números menos favoráveis ganham mais projeção do que aqueles mais animadores.

Está destinado a ter grande repercussão junto à opinião pública, por exemplo, o fato de

# Travessia mais fácil

que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação no período de 1º a 30 de cada mês, chegou a 29,4% em junho, segundo os cálculos da Fundação IBGE. Essa taxa é superior à do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), cuja periodicidade é de 15 de um mês a 15 de outro, e que apresentou, em junho, um crescimento de 24,83%. Mas há razões para crer que a inflação, nesse período crítico, tende a estabilizar-se.

Um dado que merece ser ressaltado é que, com base nas pesquisas feitas no Rio e em São Paulo em três semanas, com vistas ao cálculo do IPC de julho, a taxa oficial da inflação, neste mês, poderá ficar em torno de 25%. Cautelosos, os técnicos admitem que, como ainda faltam os números relativos à quarta semana de apuração e como o IPC leva em conta o comportamento dos preços em dez regiões metropolitanas e não apenas em duas, o resultado possa vir a ser mais elevado, situando-se talvez entre 28 e 29%. Levantamentos de outros

institutos de pesquisa que não o IBGE apontam na mesma direção.

Seja como for, está excluída a hipótese de que a inflação dê um novo salto comparável ao de maio (9,94%) para junho (24,83%). A previsão de que a inflação não ultrapassará a dezena dos 20% por mês não é uma conquista espetacular, capaz de proporcionar aos agentes econômicos a segurança que reclamam para a realização de negócios em uma atmosfera menos tensa. Mas pode ser um marco importante no sentido de afastar a expectativa de uma catastrófica hiperinflação.

Segundo o diagnóstico do governo, a aceleração dos preços no mês de junho seria consequência de um processo corretivo típico de períodos de saída de congelamento e que já se estaria exaurindo, permitindo o gradual reajuste pelo governo de tarifas e preços administrados. Paralelamente, como indicam as pesquisas sobre o movimento comercial, o consumo mostra um certo desaquecimento. Se se

confirmar essa tendência, a remarcação de preços, comum nos últimos meses, deverá ser bem mais cuidadosa.

A política monetária não estaria também tão descontrolada como se imagina. A projeção oficial para o déficit operacional (excluídas as correções monetária e cambial) é de 5 a 6% neste ano. É mais que os 4% colocados como meta pelo governo no início de 1989, mas não configura uma situação de descontrole.

Vale mencionar ainda que as reservas cambiais, que teriam caído para cerca de US\$ 5 bilhões há um mês, estão agora em US\$ 6 bilhões, graças à suspensão dos pagamentos de juros e de remessas de lucros e dividendos e ao bom desempenho da balança comercial. Está afastado, igualmente, o risco de uma crise cambial, que seria um dos componentes da hiperinflação.

A campanha das autoridades, fundamentada nesses números, concorrerá certamente para reverter o clima de pessimismo no meio empresarial e na sociedade. A missão é difícil, mas o momento impõe que o governo a empreenda.